



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE ELEVADOR ACESSÍVEL, COM REFORMA PARCIAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE (PRÉDIO II), localizada na Rua Francisco Franco, nº 133, Centro, Mogi das Cruzes – SP, incluindo a elaboração de projetos executivos, execução de obras civis, instalações elétricas e demais adequações técnicas necessárias, visando garantir acessibilidade entre pavimentos, adequação às normas técnicas vigentes, segurança na circulação de usuários e melhoria das condições de uso do equipamento público, assegurando o pleno funcionamento das atividades institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

II. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Concorrência: As empresas competem em igualdade de condições, com o objetivo de garantir transparência, competitividade e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III. REGIME DE EXECUÇÃO

Contratação Semi-integrada: Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

IV. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Menor Preço: O critério principal é escolher a proposta mais barata que atenda às especificações técnicas.

V. MODO DE DISPUTA

Aberto: Hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

VI. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA.

A **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho** identificou a necessidade de **implantação de elevador acessível, com reforma parcial da edificação do Prédio II**, situado à **Rua Francisco Franco, nº 133, Centro**, com o objetivo de promover a adequação do equipamento público às normas de acessibilidade e melhorar as condições de circulação e atendimento ao público.

O prédio é utilizado para a realização de atividades institucionais, administrativas e de atendimento à população, empreendedores, alunos e parceiros, relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento econômico, inovação, qualificação profissional e empreendedorismo. Entretanto, a edificação apresenta **limitações de acessibilidade entre pavimentos**, dificultando o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência, em desconformidade com as normas técnicas vigentes.

Nesse contexto, a intervenção proposta contempla:

- Implantação de elevador acessível para interligação entre pavimentos;
- Execução de reforma parcial para adequações estruturais necessárias à instalação do equipamento;
- Adequações elétricas e civis indispensáveis ao funcionamento seguro do elevador;
- Melhoria das condições de acessibilidade e uso do equipamento público.

Tais intervenções são necessárias para garantir a **segurança, acessibilidade, inclusão e adequado funcionamento do prédio público**, possibilitando a continuidade e ampliação dos serviços prestados à população.

VII. INTERVENÇÃO PROPOSTA

A contratada deverá executar os serviços de engenharia descritos abaixo, conforme projetos executivos a serem elaborados com base nos projetos básicos fornecidos pela SMPU:

1. MEMORIAL DESCRITIVO

O memorial descritivo se encontra em anexo aos documentos desse edital, o documento foi elaborado pela equipe da SMPU – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. As descrições e informações necessárias para a execução do objeto encontram-se expostos no documento.

VIII. ORÇAMENTO DA OBRA

Planilha PQPU – Planilha de Quantidades e Preços Unitários foi referenciada pelas bases de preços EDIF JAN 2026; CDHU 201 FEV 2026 e FDE JAN 2026.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

De acordo com o orçamento efetuado, o valor global de investimento necessário é de **R\$ 414.755,88 (Quatrocentos e Quatorze Mil, Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta e Oito Centavos)**. Esse investimento vai onerar os exercícios de 2026 e 2027. Para aquisições e/ou contrato: Natureza da Despesa 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES, dotação 742, vínculo 08.800.3744 – EP 202437460004 – Renata Abreu – Transf. Especial e vínculo 01.110.000 – Geral, através de verba federal e municipal (caso haja necessidade).

Conforme quadro resumo da PQPU adiante:

Item	ETAPAS	100%	414.755,88
1.0	Serviços Gerais	5,41%	22.452,58
2.0	Demolições e Retiradas	1,09%	4.538,74
3.0	Infraestrutura	4,92%	20.400,34
4.0	Superestrutura	5,09%	21.131,76
5.0	Paredes e Painéis	3,49%	14.457,13
6.0	Esquadrias de Madeira	0,63%	2.599,08
7.0	Impermeabilização	0,83%	3.428,38
8.0	Cobertura	0,56%	2.313,82
9.0	Revestimento Reto	0,41%	1.696,18
10.0	Revestimento de Paredes Internas	1,39%	5.777,90
11.0	Revestimento de Paredes Externas	0,92%	3.806,10
12.0	Pisos Internos	2,12%	8.791,45
13.0	Pintura	1,48%	6.122,03
14.0	Comunicação Visual	0,42%	1.748,95
15.0	Elevador	61,19%	253.791,66
16.0	Limpeza Geral da Obra	0,12%	517,08
17.0	Instalações Elétricas	7,21%	29.885,85
18.0	Projetos Executivos	2,72%	11.296,85

TOTAL GERAL C/ BDI 25,00% (SEM DES) - BASE DE PREÇOS EDIF JAN 2026;
CDHU 201 FEV 2026 E FDE JAN 2026



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de contratação semi-integrada, exclusivamente para **ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES, MENSURAÇÃO DO AVANÇO FÍSICO-FINANCEIRO, EVENTUAIS ADEQUAÇÕES INDISPENSÁVEIS NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PARA BALIZAR EXCEPCIONAL ADITAMENTO POSTERIOR DO CONTRATO.**

Em consonância com o §5º do Art. 59 nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Os serviços previstos na pretensa contratação possuem fundamentação no planejamento estratégico da Administração, inclusive no que se refere à inserção em programas consoantes à Lei Orçamentária Anual – LOA.

1. BDI – BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para construção de obras de drenagem é variável conforme a apresentação de notas fiscais dos materiais incorporados a obra, com alíquota de 3,50 %. O regime de Contribuição Previdenciária sobre a receita Bruta adotado para elaboração do orçamento.

O cronograma físico financeiro para a preparação do pacote de intervenção é baseado na sequência lógica das atividades propostas e no custo de implementação. Portanto o período estimado para execução de todos os serviços é de **06 meses**.

Independente do prazo de duração do contrato, é obrigatório a previsão de índice de reajuste de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

Nesse contexto, o **IPC-FIPE SP** será o índice de reajuste de preço estabelecido para a execução contratual.

A Contratada é responsável por fornecer o Cronograma Físico-Financeiro juntamente com sua proposta, podendo os percentuais de avanço mensais serem repactuados, desde que seja respeitado o prazo do cronograma físico-financeiro de 06 meses, exceto no caso do prazo e percentuais de execução dos projetos, em que as licenças finais serão obtidas concomitantemente. A documentação referente ao plano de execução, visando o cumprimento dos percentuais mensais de avanço estipulados no **Cronograma Físico Financeiro**, deve ser submetida para análise e aprovação antes da primeira medição, que somente será processada após a aprovação desse planejamento.

IX. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Conforme estabelecido no § 9º, do Art. 46 da Lei 14.133/21, o regime de execução por **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA** será licitado por **PREÇO GLOBAL** e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO REPACTUADO** vinculadas ao cumprimento de **METAS (PERCENTUAIS MENSAIS DE AVANÇO DO CRONOGRAMA)** de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

De maneira a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também para garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento, se encontrarem subestimativas ou superestimativas nos quantitativos da dentro dos macros itens da planilha orçamentária, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira.

X. FISCALIZAÇÃO DE OBRA

Durante toda a execução da obra, em todas as frentes de trabalho, haverá fiscalização municipal, que terá o direito de inspecionar, examinar e supervisionar a execução dos trabalhos, os equipamentos utilizados, bem como os documentos elaborados, conforme julgar necessário.



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

XI. ALOCAÇÃO DE RISCO

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCACÃO
Projeto Executivo;	Necessidades de adequação no Projeto Básico indispensáveis (que representa valores superiores a 5% do valor global da intervenção) para desenvolvimento das intervenções, sendo elas soluções técnicas e serviços previstos.	Inexequibilidade; Atraso no cronograma; Aumento de custos.	Revisão geral da disciplina do projeto e posterior aditamento contratual.	Prefeitura de Mogi das Cruzes
	Atraso na obtenção da Licença de Instalação devido ao atraso na elaboração dos projetos executivos;	Atraso do Cronograma;	Entregar tempestivamente os documentos.	Contratada
	Deficiências na prestação dos serviços, abrangendo aspectos de qualidade, quantidade e custo; Atraso na entrega dos projetos.	Aumento dos custos de implantação juntamente com a ineficácia dos serviços; Atraso no cronograma.	Não efetuação do pagamento caso os níveis de serviço não forem alcançados; Contratação de seguro; Elaboração do projeto conforme normas aplicáveis.	Contratada
	Atraso na análise e aprovação dos Projetos.	Eventual atraso de cronograma executivo sem causa dada pela contratada.	Entregar tempestivamente os documentos para análise. Prazo de 15 dias para análise dos projetos pela administração. Reprogramação do cronograma físico financeiro.	Prefeitura de Mogi das Cruzes
	Alterações por solicitação da Contratante.	Possíveis alterações necessárias para atendimento das demandas da população.	Aditamento contratual.	Prefeitura de Mogi das Cruzes



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

	Atraso na liberação de Ordem de Serviço.	Liberação da O.S. de cada serviço, condicionada a aprovação do projeto executivo; Aumento dos Custos; Atraso no cronograma.	Entregar tempestivamente os documentos para análise.	Contratada
	Mudanças de processos construtivos e/ou insumos aplicados no projeto básico.	Aumento dos custos; Atraso no cronograma.	Contratação de seguro.	Contratada
Construção; Montagem; Implantação.	Risco de ocorrência de eventos diversos durante a execução, relativos à gestão, fornecedores, contratados os quais possam resultar na não conformidade com os prazos estabelecidos ou no aumento dos custos.	Atraso no cronograma; Aumento de custo.	Contratação de seguro.	Contratada
	Incapacidade técnica dos profissionais para plena execução do objeto.	Aumento dos custos; Acidentes; Retrabalho; Danos a Terceiros; Atraso no cronograma.	Contratação de seguro.	Contratada
	Riscos relacionados ao dimensionamento da quantidade e qualidade de mão de obra e equipamentos para atender ao cronograma.	Atraso no cronograma; Aumento de custo.	Contratação de seguro.	Contratada
	Riscos relacionados à vigilância, monitoramento e segurança dentro da área de intervenção, bem como aos materiais utilizados durante a execução dos serviços.	Atraso no cronograma; Aumento de custo.	Contratação de seguro.	Contratada



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Riscos ambientais	Risco de ocorrência de dano ambiental como contaminações e/ou degradações.	Atraso no cronograma; Aumento de custo; Multas e Penalidades.	A contratada deve providenciar medidas para evitar, controlar e reduzir a possibilidade de ocorrência de danos assim como o monitoramento e regularização.	Contratada
Qualidade na Execução	A contratada não consegue alcançar os padrões exigidos de excelência na qualidade e cronograma.	Aumento dos custos; Acidentes; Retrabalho; Danos a Terceiros; Atraso no cronograma.	Cumprimento de regulamentos e normas; Adotar e manter sistemas de gestão da qualidade, como ISO 9001; Capacitação e treinamento de pessoal; Uso de tecnologia e inovação; Monitoramento e melhoria contínua.	Contratada
Segurança do Trabalho	Riscos relacionados a segurança dos trabalhadores durante a execução dos serviços	Acidente durante a execução dos serviços	Cumprimento das normativas pertinentes e capacitação de todos os colaboradores envolvidos na execução do projeto	Contratada
Desvio no tráfego (se necessário), pedestres e ciclistas	Descontinuidade da prestação do serviço ao usuário.	Desvio das vias; Atraso no cronograma; Aumento de custo; Perda de produtividade.	Contratada deverá elaborar plano de execução da intervenção e simular condições operacionais.	Contratada
Caso fortuito ou força maior	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior	Atraso no cronograma; Aumento de custo.	Reequilíbrio Econômico-Financeiro.	Prefeitura de Mogi das Cruzes
Divergências entre os quantitativos executados com os quantitativos inicialmente quantificados na planilha orçamentária.	Evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento os quantitativos se encontrem subestimativas ou superestimativas.	Aumento dos custos.	Aditamento contratual no final da execução de todos os serviços necessários para a conclusão da intervenção.	Prefeitura de Mogi das Cruzes



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

Recebimento dos serviços	O recebimento das obras por parte da contratante se dará após a conclusão integral do objeto contratado e o mesmo, em perfeito estado de operação, independentemente das medições ou execução parcial dos serviços.	Atraso do Cronograma; Aumento dos Custos.	Execução dos serviços em conformidades com o estabelecido nos documentos e normas pertinentes, e cronograma.	Contratada
--------------------------	---	--	--	------------

XII. CONSÓRCIO

Em conformidade com o § 4º do Inciso V do Art. 15 da Lei 14.133/21, é permitida a participação de consórcios. Esta autorização visa garantir à Administração o respaldo necessário na distribuição das responsabilidades, promover a ampla competitividade e assegurar que as empresas participantes possuam a capacidade técnica adequada para enfrentar as particularidades da obra em questão.

XIII. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Considerando a contratação de empresa especializada em engenharia, no município de Mogi das Cruzes/SP, é essencial que a empresa a ser contratada demonstre capacidade técnica e operacional adequada para atender aos serviços técnicos demandados. Todas as exigências para essa fase de habilitação estão expostas no anexo 01 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

i. Capacidade Econômico - Financeira

A habilitação econômico-financeira tem como objetivo comprovar a capacidade econômica do licitante para cumprir as obrigações previstas no futuro contrato. Essa comprovação deve ser apresentada de maneira objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos definidos nos parâmetros estabelecidos pelo Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo:



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

Índice de Liquidez Corrente (acima de 1): Relaciona quanto a empresa dispõe, imediatamente disponíveis e conversíveis em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo;

- Índice de Liquidez Corrente (ILC)
- $ILC = (AC / PC)$
- $ILC \Rightarrow 1,00$ (ILC deverá ser igual ou superior a 1,00)

Índice de Liquidez Geral (acima de 1): Mede a capacidade que a empresa tem de pagar suas dívidas de curto e longo prazo com os seus direitos realizáveis, ou seja, sem se desfazer de seus imobilizados e intangíveis;

- Índice de Liquidez Geral (ILG)
- $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
- $ILG \Rightarrow 1,00$ (ILG deverá ser igual ou superior a 1,00)

Solvência Geral (acima 1): Representa o quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio e;

- Solvência Geral (SG)
- $SG = AT / (PC + ELP)$
- $SG \Rightarrow 1,00$ (SG deverá ser igual ou superior 1,00)

Onde:

- AC = Ativo Circulante;
- RLP = Realizável a Longo Prazo;
- PC = Passivo Circulante;
- ELP = Exigível a Longo Prazo; e
- AT = Ativo Total.

Capital Mínimo ou Patrimonio Líquido: Mínimo equivalente a 10% do valor estimado da Contratação.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

Deverá ser apresentada a declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

As empresas que atuarem sob a forma de consórcio, deverão ter, em conjunto, o Capital Social no valor e na forma do subitem anterior, acrescido de 30%, conforme disposto no parágrafo 1º, artigo 15, da Lei Federal nº 14.133/2021, e poderá ser representado pelo valor do Capital Social registrado pela empresa líder, se suficiente ou pelo somatório dos valores dos Capitais Sociais das empresas que o compõe, na proporção de sua respectiva participação no aludido consórcio, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em Lei.

XIV. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Inicialmente, é importante destacar que a intervenção proposta está plenamente alinhada com os princípios de sustentabilidade ambiental no desenvolvimento.

Além disso, durante a execução da intervenção, deverão ser implementadas medidas para mitigação de riscos, conforme segue:

- Consumo excessivo de materiais e insumos: Devem ser adotadas práticas que evitem o desperdício de água potável, papel, energia e materiais descartáveis no canteiro de obras.
- Acidentes na obra: É necessário implementar um programa de treinamento para os empregados, com foco no uso racional de energia elétrica e água, bem como na redução de resíduos sólidos.
- Destinação de resíduos: Deve-se adotar critérios rigorosos para a classificação, separação e destinação adequada dos materiais recicláveis e não recicláveis gerados durante a execução dos serviços.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

XV. GARANTIA E MANUTENÇÃO

Quanto à garantia, o prazo mínimo estipulado para a garantia da obra ou serviço não pode ser inferior a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido no artigo 618 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e suas alterações, contados a partir da data indicada no Termo de Recebimento Definitivo da obra ou serviço, a ser emitido por uma comissão designada pela autoridade competente. Importante ressaltar que a responsabilidade da empresa contratada não se limita ao período de garantia, mas se estende por toda a vida útil da obra, conforme estipulado nas leis que regulamentam a profissão de engenharia, jurisprudências e outras legislações e normas pertinentes.

XVI. VISITA TÉCNICA

Conforme o § 2º do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de visita técnica ao local da obra no edital é permitida apenas quando for imprescindível, devidamente justificada, e desde que sejam observadas determinadas condições para preservar o caráter competitivo do certame. Essas condições incluem: i) Demonstração da necessidade absoluta da visita; ii) Estabelecimento de um prazo adequado para que os licitantes realizem a vistoria; iii) Flexibilidade nas datas para a visita técnica; iv) Evitar a realização de visitas técnicas coletivas; e v) Ausência de exigência de que a visita seja realizada por uma pessoa específica.

A visita técnica tem como objetivo assegurar que todos os licitantes compreendam plenamente o objeto da licitação, permitindo que suas propostas reflitam com precisão os custos e riscos envolvidos na execução, evitando alegações futuras de desconhecimento das características do projeto e protegendo a Administração de possíveis conflitos contratuais. A inclusão dessa fase no edital visa proporcionar aos proponentes a oportunidade de examinar e verificar todos os detalhes e características técnicas do objeto, de modo a garantir que estejam cientes de todos os fatores que possam influenciar o custo e os riscos associados à preparação da proposta e à execução do contrato.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

A visita técnica permitirá às licitantes identificar potenciais desafios que possam elevar os riscos e os custos durante a execução do projeto, proporcionando maior precisão na elaboração de suas composições de preço. Esses desafios, que só podem ser plenamente identificados in loco, abrangem questões logísticas gerais relacionadas à execução da obra, bem como aspectos específicos, possíveis interferências, limites da intervenção, e o estado visual da edificação, entre outros fatores relevantes.

De acordo com o § 3º do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que já possuam pleno conhecimento do local ou que optem por assumir a responsabilidade pela realização ou não da vistoria, poderão substituir o atestado de visita por uma declaração formal, assinada pelo responsável técnico, atestando o conhecimento integral das condições e peculiaridades da contratação.

XVII. RELATÓRIOS

Cabe à CONTRATADA apresentar relatórios de andamento mensais à PMMC, contendo diário de ocorrência com todas as informações de serviços e equipes diariamente em obras.

As parcelas executadas, descritas nos relatórios de andamentos, somente serão pagas após aprovação do documento e autorização dos competentes.

Salienta-se ainda, que junto ao relatório, a CONTRATADA deverá demonstrar o cronograma físico-financeiro até o período referente.

XVIII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Todos os serviços devem ser executados em consonância com as prescrições contidas neste documento, as normas técnicas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, os decretos municipais e demais regulamentos aplicáveis.

Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custo, de aumento da qualidade, de



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral à alteração do projeto básico.

Na decorrência de solicitações que ensejem alterações nos projetos, aprovadas por meio da validação da fiscalização, a CONTRATADA ao término dos serviços, ficará obrigada a entregar à PMMC os projetos revisados de acordo com as alterações realizadas.

A responsabilidade civil, administrativa e penal por danos à saúde, à segurança pública e ao meio ambiente, resultante de qualquer tipo de ação ou acidente ocorrido em virtude da realização dos serviços ou pela omissão na realização de quaisquer atividades de escopo da empresa CONTRATADA será atribuível exclusivamente à CONTRATADA, que ficará obrigada ao pagamento de todos os prejuízos causados à PMMC, bem como quaisquer indenizações, multas, obrigações de fazer ou não fazer, que venham a ser pleiteadas ou impostas em virtude de eventual acidente que venha ocorrer.

Conforme estipulado no §1º do Art. 46, é vedada a execução de obras e serviços de engenharia sem a elaboração prévia do projeto executivo. Assim, é essencial que, antes do início de qualquer serviço, todo o escopo descrito nos Projetos Executivos esteja integralmente concluído e aprovado pela fiscalização competente.

Quaisquer danos causados por equipamentos ou máquinas empregadas pela CONTRATADA deverão ser reparados por ela, sem ônus para a PMMC. A Administração se eximirá de toda e qualquer responsabilidade sobre eventuais acidentes.

A omissão de qualquer procedimento neste documento não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.

A CONTRATADA será obrigada a observar e a respeitar, seu pessoal e terceiros a seu serviço, todas as exigências de leis e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com construções e equipamentos e as normas administrativas e técnicas de segurança. A CONTRATADA executando determinada obra ou serviço em desacordo com tais leis, normas e regulamentos assumirá todos os custos proveniente deste descumprimento. Fica reservado à PMMC o direito e a autoridade para resolver todo e



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

qualquer caso singular e porventura omissos neste documento e que não esteja definido em outros documentos contratuais.

A CONTRATADA será obrigada a afastar das áreas ocupadas pelas obras e serviços, qualquer empregado ou seu preposto, cuja permanência no local dos trabalhos seja considerada inconveniente ou desaconselhável, a critério da fiscalização do contratante.

A PMMC tem pleno direito e autoridade para suspender unilateralmente os serviços por meio que julgar conveniente, quando forem suscitados motivos técnicos, de segurança e outros que justifiquem tal procedimento. A suspensão será pelo tempo que a PMMC, julgar conveniente e somente com sua autorização poderão ser reiniciados.

Não se poderá alegar, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das condições e especificações deste termo ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

A contratada após a última medição tem o dever de protocolar o pedido de recebimento provisório e após o período legal exposto nesse termo realizar o pedido de recebimento definitivo.

Caberá à CONTRATADA manter a mão de obra em número suficiente para cumprir o cronograma, com qualificações compatíveis à natureza dos serviços que deverão ser realizados. Diante disso têm-se respaldo pelo artigo 4º do Decreto nº 6759 de 06 de abril de 2006, que dispõe sobre infrações contratuais e penalidades pela inadimplência das obrigações anteriormente assumidas no fornecimento da prestação de serviços.

Além disso, a CONTRATADA deverá possuir profissional devidamente habilitado para assumir a responsabilidade técnica pela gestão e execução de obras, a fim de assegurar (nos termos das normas pertinentes da ABNT e NRs) a sua qualidade quando concluído. Este profissional também deverá responder à fiscalização para tratar de questões inerentes ao desenvolvimento dos serviços e sua respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica deverá ser apresentada à PMMC.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos relacionados abaixo:

- ART devidamente quitada, referente à projetos, orçamento compatibilizado, gestão e execução de obras;
- Garantia de execução do contrato;
- Certidão de Regularidade da Seguridade Social e do FGTS;
- Relação das subcontratadas, para apreciação e aprovação (se houver).

XIX. DEVERES CONTRATANTE.

A PMMC fiscalizará a execução dos serviços contratados, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos neste contrato, reservando-se o direito de rejeitar aqueles que, a seu critério não forem considerados satisfatórios. Essa fiscalização será exercida pelo setor competente da PMMC, que comunicará expressamente a CONTRATADA, a designação do técnico ou Comissão e demais funcionários e suas respectivas atribuições para esse fim, o que também deverá ser informado no processo.

Caberá a PMMC:

- Fornecer toda a orientação técnica para a perfeita execução do serviço, exceto aqueles definidos como de responsabilidade da CONTRATADA;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços. A Fiscalização por parte da PMMC não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Código Civil e dos demais danos que vier a causar a terceiros, seja por ato de seus técnicos ou de seus prepostos;
- Estabelecer diretamente ou por designação a melhor forma para apropriação e controle dos quantitativos;
- Efetuar as comprovações dos relatórios e dos quantitativos dos serviços, que deverão ser apresentados pela CONTRATADA e analisados pela PMMC, e efetuar os pagamentos nos prazos previstos;
- Analisar e aprovar, conforme suas atribuições e disciplinas, o conteúdo dos relatórios e dos produtos desenvolvidos, relatório e/ou produtos pela CONTRATADA;



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

- Elaborar as medições e efetuar os pagamentos nos prazos previstos.

XX.PRAZO DE EXECUÇÃO.

A duração do contrato deverá considerar, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e a previsão no Plano Plurianual, caso ultrapasse um exercício financeiro, conforme o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os prazos para conclusão estão determinados nesse termo. A entrega deverá ocorrer em formato eletrônico e impresso, incluindo arquivos consolidados assinados e arquivos editáveis.

Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela contratada, para serem submetidos à apreciação superior.

A contratada deverá observar todas as normas e legislações aplicáveis ao seu ramo de atividade.

Os serviços serão recebidos provisoriamente em até 10 (dez) dias úteis pelo setor responsável e, definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis, mediante verificação da correta execução e aceite formal. Caso a verificação não ocorra dentro do prazo, o recebimento definitivo será automaticamente considerado realizado.

O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada de responsabilidades por falhas na execução. Serviços em desacordo com as especificações deverão ser substituídos em até 10 (dez) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo de eventuais penalidades.

XXI. DAS OBRIGAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, FISCALIZAÇÃO e validação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado.

1.1 RELATÓRIOS DE ANDAMENTO



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

O acompanhamento do andamento dos serviços por parte da Fiscalização da PMMC se dará por meio de relatórios de andamento, a serem entregues pela CONTRATADA ao final de cada mês de vigência do contrato.

Esses relatórios deverão conter todos os elementos pertinentes. O seu conteúdo será discutido em reunião com a Fiscalização da PMMC.

Sugere-se que cada relatório de andamento contenha informações sobre:

- Todos os elementos técnicos, mesmo que incompletos, elaborados no período, incluindo texto, memórias de cálculo, desenho, gráficos, planilhas, etc;
- Andamento dos serviços;
- Resultados alcançados;
- Cumprimento do cronograma;
- Atualização do cronograma (para análise da Fiscalização da PMMC);
- Metas para o período seguinte;
- Pendências e responsáveis.

XXII. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos os serviços, a PMMC procederá, por meio do(s) responsável(eis) pelo acompanhamento e Fiscalização, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação expressa por parte da CONTRATADA, a um minucioso exame a fim de recebê-los provisoriamente.

Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento provisório, caso não haja manifestação da PMMC, será feito o recebimento definitivo.

Após o recebimento definitivo poderá a CONTRATADA levantar as importâncias que forem objeto de caução, independentemente de requerimento.

O recebimento definitivo não excluirá as responsabilidades civis da CONTRATADA, quanto ao aspecto ético profissional pelo perfeito desempenho do contrato.



PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

Obs.: As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita à revisão, recomenda-se verificar a existência de edições mais recentes das normas citadas.

No entanto, a PMMC não se obriga a fornecer os documentos supramencionados.

Dito isso, as aquisições e cópias de reprodução caberão ao proponente.

XXIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela Comissão de apoio.

Mogi das Cruzes 02 de junho de 2026.

Nome: Hatsuko Angela Ongawa
Resp. pela elaboração:

Nome: Luiz Carlos Pinheiro
Diretor de Departamento

Rinaldo Sadao Sakai
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social